

*As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de máquinas e equipamentos, sendo apropriada ao resultado do exercício mediante o valor correspondente a depreciação do bem e montou a R\$ 265.008, nos exercícios de 2021 e 2020. **As despesas com depreciação e amortização apuradas, conforme a vida útil dos bens, no exercício de 2.021 montou a R\$ 500.550 (Em 2.020 - R\$ 658.314). C) Taxas de depreciação: As taxas de depreciação e amortização praticadas são:		
Descrição	2.021	2.020
Aparelhos médicos e cirúrgicos	10,0%	10,0%
Benfeitorias	4,0%	4,0%
Equipamentos de informática	20,0%	20,0%
Equipamento telefônico	20,0%	20,0%
Equipamento laboratório escolar	10,0%	10,0%
Instrumento de med. e cirurgia	10,0%	10,0%
Máquinas e equipamentos de escritório	10,0%	10,0%
Máquinas e equipamentos hospitalares	10,0%	10,0%
Móveis e utensílios de escritório	10,0%	10,0%
Direito de uso de software	20,0%	20,0%
9. Fornecedores	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Materiais e medicamentos	3.574.078	4.769.662
Serviços tomados de pessoa jurídica	1.257.604	2.716.737
Serviços tomados de pessoa física	6.000	11.096
Imobilizado	44.172	15.940
	4.881.854	7.513.435
10. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:		
Descrição	2.021	2.020
Honorários médicos pessoa jurídica	2.158.160	1.734.267
	2.158.160	1.734.267
11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	1.594.013	1.437.406
Provisão para dissídio coletivo (a)	2.357.509	-
Indenizações	395.790	-
FGTS	252.958	229.997
INSS	122.980	135.345
Provisão de férias e encargos	2.569.625	2.839.977
Outras	38.937	61.551
	7.331.812	4.704.276
(a) Provisão para dissídio coletivo: Em 31 de dezembro de 2.021 corresponde ao dissídio coletivo dos sindicatos: SINTHOSP - Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Técnicos, do Estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de setembro/2020 a agosto de 2.021, e 10,42% referente ao período setembro/2021 a dezembro/2021. SENPA, Sindicato dos Enfermeiros do estado do Pará, considerando o percentual de reajuste de 2,5%, referente ao período de maio/2020 a abril de 2.021, e 3,80% referente ao período maio de 2.021 a dezembro de 2.021.		
12. Obrigações Fiscais	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Imposto de renda retido na fonte	316.417	547.717
Imposto sobre serviços retido na fonte	77.402	64.074
Pis, Cofins e CSLL retidos na fonte	1.386.764	1.581.224
Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais (PERT) (a)	196.696	205.404
Passivo circulante	1.977.279	2.398.419
Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais (PERT) (a)	891.451	1.048.911
Passivo não circulante	891.451	1.048.911
(a) Parcelamento Lei 13.496/17 - tributos federais: Em novembro de 2.017, foi efetuada a adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) instituído pela Lei 13.496/17, para o parcelamento de impostos e contribuições federais. O prazo para recolhimento é de 120 (cento e vinte) meses. Os valores estão atualizados pela variação da taxa Selic e a última parcela está prevista para dezembro de 2.027.		
13. Partes Relacionadas	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Ativo circulante		
Empréstimos financeiros (b)		
Sede Administrativa	3.571.796	2.267.986
Hospital de Yutaka Takeda	-	800.000
Hospital Abelardo Santos	284	284
Hospital Santarém	66.444	-
	3.638.524	3.068.270
Passivo circulante	2.021	2.020
Empréstimos de materiais e medicamentos(a)		
Hospital de Marabá	-	6.961
Hospital Infantil Octavio Lobo	188.041	166.407
Hospital Metropolitano	199.991	193.151
Hospital de Santarém	772.883	675.223
Hospital Galileu	985.000	986.615
Hospital Infantil de Barcarena	21.022	203
Serviços corporativos compartilhados (b)		
Sede Administrativa	946.370	1.434.386
	3.113.305	3.462.946
(a) - Empréstimos de materiais e medicamentos: Corresponde a empréstimos de materiais e medicamentos hospitalares efetuados ou tomados de outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar. (b) - Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado. 14. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades, correspondem à multa rescisória do FGTS, que é estimada sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho por ocasião do encerramento do contrato de gestão. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:		
Descrição	2.021	2.020
Saldo inicial	3.884.419	3.323.428
Adições (Nota 17 - despesa com pessoal)	742.647	656.865
Baixas por rescisões de contratos	(130.270)	(95.874)
Saldo final	4.496.796	3.884.419
15. Provisão para Contingências: A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Administração da Entidade, com base em informações de seus assessores jurídicos, e análises das de-		
mandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Todas as etapas processuais das ações são acompanhadas pelo Departamento Jurídico da Entidade, sendo que todos os recursos legais são utilizados no sentido de defender os interesses dela até as últimas instâncias do Poder Judiciário. A composição do valor registrado referente às contingências prováveis de perda está demonstrada a seguir:		
Descrição	2.021	2.020
Trabalhistas	934.168	792.296
Cíveis	566.964	273.188
	1.501.132	1.065.484
A movimentação da provisão para contingência está demonstrada a seguir:		
Descrição	2.021	2.020
Saldo em 1º de janeiro	1.065.484	609.469
(+) Complemento de provisão	435.648	456.015
Saldo em 31 de dezembro	1.501.132	1.065.484
Depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2.021 os depósitos judiciais montam a R\$ 391.828 (Em 2.020 montaram a R\$ 365.741), e estão representados por ações trabalhistas em trâmites na justiça para as quais ainda cabem recursos. 16. Receitas de Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do Hospital. Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e no exercício de 2.021 montam a R\$ 84.452.719 (Em 2.020 montaram a R\$ 67.327.433).		
17. Despesas com Pessoal	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Salários e ordenados	(18.843.218)	(17.124.381)
Insalubridade	(2.443.819)	(2.099.913)
Horas extras e adicionais	(2.674.765)	(1.141.799)
Décimo terceiro salário	(2.248.909)	(1.902.966)
Férias	(3.036.216)	(2.599.481)
FGTS	(2.263.408)	(2.053.373)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(742.647)	(656.865)
Contribuição patronal ao INSS	(7.626.801)	(6.972.359)
(-) Isenção da contribuição patronal ao INSS	7.626.801	6.972.359
PIS	(274.346)	(250.321)
(-) Isenção do PIS	274.346	250.364
Outras	(2.159.540)	(1.110.168)
	(34.412.522)	(28.688.903)
18. Serviços De Terceiros	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Serviços médicos de pessoa jurídica	(22.340.814)	(18.751.392)
Serviços tomados de pessoa física	(3.984)	(2.372)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(4.631.472)	(3.797.449)
	(26.976.270)	(22.551.213)
19. Custo Corporativo Compartilhado: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações relativas à unidade.		
20. Drogas, Materiais e Medicamentos:	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Medicamentos	(5.650.737)	(3.403.227)
Ortose e prótese	(469.082)	(627.639)
Materiais de uso do paciente	(4.466.539)	(3.469.616)
Gases medicinais	(604.256)	(310.879)
Gêneros alimentícios	(1.108.330)	(838.244)
Materiais de limpeza e lavanderia	(686.960)	(533.153)
Materiais de conservação e manutenção	(449.647)	(550.635)
Hemoderivados	(1.253.836)	(1.087.026)
Dieta enteral e parenteral	(482.566)	(374.823)
Combustíveis e lubrificantes	(161.357)	(121.922)
Outros	(1.100.504)	(742.243)
	(16.433.814)	(12.059.407)
21. Despesas Financeiras	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Despesas bancárias	(15.665)	(14.254)
Juros	(442.908)	(369.258)
Multas	(178.261)	(212.217)
	(636.834)	(595.729)
22. Instrumentos Financeiros	2.021	2.020
Descrição	2.021	2.020
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	36.516	1.476.486
Pelo custo amortizado		
Contas a receber - Contrato de gestão	185.556	2.554.757
Partes relacionadas	3.638.524	3.068.270
Total	3.860.596	7.099.513
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	4.881.854	7.513.435
Honorários médicos	2.158.160	1.734.267
Partes relacionadas	3.113.305	3.462.946
Total	10.153.319	12.710.648
Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. 24. INSS cota patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social: Em 26 de setembro de 2.014, foi publicada no Diário Oficial da União a portaria nº 943 de 25 de setembro de 2.014 que renovou o CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) da Pró-Saúde, relativo ao triênio 2.010 a 2.012. Em 21 de dezembro de 2016 é publicada a portaria nº 2.187, relativo ao processo de Supervisão SIPAR Nº 25000.089057/2015-65 que cancelou o certificado. Em 25 de julho de 2017 foi publicada a portaria nº 1.273 que suspendeu os efeitos da Portaria nº 2.187/2016, isto por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação judicial de nº 5008909-61.2017.4.03.6100, confirmada por sentença datada de 27.11.2019 em curso perante a 2ª Vara Cível Federal de São Paulo, a qual determinou a retomada de referido Processo de Supervisão (SIPAR Nº 25000.089057/2015-65), este ainda aguardando, por conseguinte, julgamento. Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social) no Ministério da Saúde, SIPAR Nº 25000.110426/2012-43, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, sendo Indeferido pela Portaria nº 771 de 29 de maio de 2018. Em 04/07/2018 foi publicada a Portaria nº 1.006/2018 que suspendeu os efeitos da portaria nº 771/2018, também por força de tutela de evidência concedida nos autos da ação de		